

SCIÊNCIA E ESPIONAGEM

NA VÉSPERA DA GUERRA DAS LARANJAS

Há no livro de Sánchez Moguel, *Reparaciones históricas*, Madrid, 1894, obra tôda consagrada a Portugal, um capítulo intitulado *Historia de un libro*, em que êste autor nos conta as origens e as circunstâncias de redacção da obra *Estado de Portugal en el año de 1800*, de José Cornide y Saavedra, Madrid, 1893-1897, 3 volumes, xvi + 340 págs., 464 págs. e 333 págs. Estes volumes constituem outros tantos tomos, os 26.º, 27.º e 28.º, do *Memorial Histórico Español, Colección de documentos, opusculos y antigüedades*, editado pela Real Academia de História, de Madrid.

O estudo de Sánchez Moguel é o prefácio da obra, cuja publicação, só um século depois da sua redacção, aquele académico diligentemente promoveu.

Ora esta história do livro de Cornide é muito omissa; Sánchez Moguel, então todo empenhado numa política literária de cordealidade e intercâmbio peninsular, não quis divulgar que D. José Cornide y Saavedra, académico de número e arqueólogo ilustre, era um espião da política francófila e da ambição pessoal de Godoy, o famoso primeiro ministro e favorito de Carlos IV e Maria Luísa.

Não é crível que Sánchez Moguel ignorasse o dúplice papel de Cornide na sua viagem a Portugal, porque os papéis da sua espionagem guardam-se na biblioteca da Academia juntamente com os apontamentos que serviram de base ao *Estado de Portugal* e com o texto da própria re-

dacção definitiva, oferecida a D. Pedro Ceballos, que o mesmo Moguel estudou e fêz publicar. Entendeu que não era oportuno recordar um caso, que a susceptibilidade nacionalista dos portugueses poderia generalizar.

Examinando os mesmos papéis, que Sánchez Moguel manuseara, prontamente verifiquei que Cornide foi o agente preparador, no aspecto militar, da *Guerra das laranjas*, que é como aqui se chama a efémera e, para nós, desastrosa campanha de 1801, ridículamente chefiada pelo Duque de Lafões, octogenário, a qual nos importou a perda de Olivença.

Porque chamou assim o bom humor espanhol a essa guerra, não será geralmente sabido em Portugal, porque de ordinário a erudição de cada país limita-se à sua documentação própria, quebrando a íntima solidariedade da história peninsular, o que fêz dizer muito apropriadamente ao mesmo Sánchez Moguel: «La historia que enseñamos ó escribimos acá y allá no es la historia entera de la Península, sino la puramente portuguesa en Portugal, y la solamente española en España». (*Reparaciones*, pág. viii).

Nessa guerra, que Portugal e Espanha faziam, por incumbência de Inglaterra e de França, como «duas bestas de carga» no pitoresco dizer do Duque de Lafões, foi generalíssimo dos exércitos espanhóis o próprio Godoy. Ao chegar com suas tropas a uns pomares das cercanias de Évora, os soldados colheram umas braçadas de laranjeiras, que ofereceram ao seu generalíssimo. Por sua vez, Godoy remeteu-as à rainha com o primeiro comunicado da guerra, explicando: «Las tropas que atacaron al oír mi voz, me han regalado dos ramos de naranjas, que yo presento a la reina» (1). Como se sabe, não eram puras de suspeita as relações do favorito com a rainha.

Cornide — que se não deve confundir com o naturalista

(1) Ballesteros, *Historia de España*, V, pág. 294, Barcelona, 1928.

quási homónimo e contemporâneo José Andrés Cornide y Saavedra — era um espião, que foi a Portugal com uma missão secreta muito diversa da oficialmente publicada. O que se não pode afirmar é se a incumbência oficial foi um disfarce da espionagem ou se esta se lhe cometeu depois, em inteira independência do encargo académico.

A missão pública era examinar na Torre do Tombo, de Lisboa, um código das *Siete Partidas*, de Afonso X de Castela, o Sábio, projecto de que a Academia Real de História se ocupava desde Outubro de 1794, depois que fôra consultada por Godoy, já então Duque de Alcudia e no apogeu do seu valimento, sobre a viabilidade dêsse alvitre, apresentado ao rei pelo académico honorário D. Francisco Cerdá y Rico.

Êste D. Francisco Cerdá (1739-1800), sócio da Academia Real de História, oficial da secretaria das Índias e bibliotecário, foi um benemérito coleccionador e editor de livros raros da história e literatura espanhola, pelo que a crítica o considera aqui como imediato precursor de Gallardo e preparador da grande renovação da erudição literária de Espanha, que em Menéndez y Pelayo teve o seu acumen. Sobre êle acaba de publicar uma eruditíssima monografia o meu muito admirado amigo e colega, Prof. González-Palencia⁽¹⁾. Entre os serviços de Cerdá y Rico deverá incluir-se a edição académica de Afonso o Sábio.

Quatro anos estive a Academia hesitante em conferências e palestras sobre êste tema, cuidando antes em fazer Godoy seu sócio honorário do que em meter ombros à empresa. Em 1798, depois de trocar correspondência com o govêrno de Lisboa, que prometeu tôdas as facilidades, designou D. José Cornide para ir a Lisboa, fazer a cópia daquele código. Era D. José Cornide já homem de sessenta e quatro

⁽¹⁾ *Don Francisco Cerdá y Rico — Su vida y sus obras*, Madrid, 1928, 133 págs., edição de 80 exemplares.

anos, mas prontificou-se logo para a fatigante excursão, propondo ainda que à sua tarefa fôsse associada outra, ainda mais exigente de esforço, a duma viagem literária por todo o reino de Portugal para completar a que em 1752-1754 fizera pela Espanha o Marquês de Valdeflores, por incumbência do ministro, Marquez de la Ensenada, com o que se poderia finalmente organizar um bom mapa geográfico e demográfico de toda a península.

Sobre a biografia de Cornide nada apurei na biblioteca da Academia, senão que em sessão de 7 de Junho de 1868 lêra o seu elogio histórico o académico D. Carlos Ramón Fort; mas esse elogio não se publicou, pelo menos não o consegui achar.

Em Outubro de 1798, partiu Cornide, cuja missão fôra antes aprovada oficialmente e bem dotada com 5.000 reais mensais. Não ia só; era verdadeiro chefe duma missão científica, de que faziam parte o mexicano D. Manuel Carrillo Albornoz, oficial de secretaria, D. Melchor del Prado y Mariño, membro da Academia de S. Fernando, de Belas Artes, e professor de Architectura em Santiago, e o Dr. Narciso de Heredia, jovem professor da Universidade de Granada. Em apêndice ao 3.º vol. do *Estado de Portugal*, Sánchez Moguel publicou o expediente da composição da missão.

Uma vez em Lisboa, Cornide apurou que não havia na Torre do Tombo o tal códice das *Siete Partidas*, que em sessão o académico De Manuel afirmava ter sido tomado a D. João I de Castela na Batalha de Aljubarrota; só existia uma tradução portuguesa da Partida 3.ª e notícia doutra tradução da Partida 2.ª, guardada no arquivo da Real Abadia de Alcobça. Isto não tinha a menor importância para o escopo em vista, edição das *Partidas* no seu original castelhano, e tanto assim era que na edição, que a Academia efectivamente publicou em 1807, não se faz a menor alusão a esses incompletos manuscritos portugueses.

Não tendo que fazer cópia, apenas lhe bastando o rápido exame dêsses dois fragmentos, Cornide todo se pôde aplicar à sua viagem, demorando-se em Portugal até 3 de Março de 1801, com o seu estado maior; saiu em consequência da declaração de guerra pela Espanha, comunicada oficialmente em 28 de Fevereiro de 1801. Essa guerra fôra preparada, na sua execução militar, por êle, mas não o impediu de continuar a mais natural e bonómica correspondência com D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas, Bispo de Beja, a quem deveu muitos esclarecimentos históricos e literários.

As cartas de Cornide, em número de dezoito, guardam-se em Évora, entre a abundante correspondência de Cenáculo e foram publicadas no final do *Estado de Portugal en el año de 1800*. Começou ela em Madrid, com a carta de 24 de Julho de 1798, em que Cornide comunica a Cenáculo a missão para que foi nomeado e lhe pede o informe sôbre se passará o resto do ano em Évora ou se fará alguma viagem a Lisboa, porque o mesmo Cornide quer saüdar o seu benemérito confrade e recolher de sua bôca «instrucciones y noticias que deben serme muy interesantes para el feliz desempeño de un encargo en que se interesa la gloria literária de dos naciones à quienes unen vínculos tan estrechos». (III, pág. 253).

De Lisboa, já hóspede duma pousada da Rua da Cruz, próximo do Convento de Jesus, de Alcácer do Sal, de Elvas e já de novo de Madrid, a correspondência manteve-se afectuosa num tom de prestante camaradagem intelectual, com permuta de livros, desenhos e notícias, em que colaboravam os companheiros de Cornide. Como êle dizia, ao deixar Portugal por motivo da guerra, o Caia não é o Letes; e ainda de Espanha continuou a solicitar e a obter auxílios da boa fé do prelado. Já então estava assinada a paz e perdida uma fracção do território português, palmilhado por Cornide,

Infelizmente as cartas de Cenáculo não se encontram entre os papéis de Cornide, nem em qualquer outro maço da Biblioteca da Academia Real de História, dos mencionados no seu excelente catálogo de manuscritos.

*

Se se tivesse limitado à elaboração do *Estado de Portugal en el año de 1800*, Cornide teria já prestado um excelente serviço à geografia da península, pela íntegra descrição do território português, então mal conhecido nos movimentos da sua população, nas modificações e progressos das suas culturas, na rede dos seus caminhos, no inventário dos seus restos arqueológicos, pois então ainda se utilizavam para o estudo do solo português trabalhos já antiquados como os de Pedro Teixeira, geógrafo de Filipe II, e João Baptista de Castro.

O *Estado de Portugal en el año de 1800* é um documento da maior importância para a história da fisionomia demográfica do país, no fim do século XVIII, antes das profundas convulsões das invasões francesas e do liberalismo; merecia mesmo uma tradução crítica para português. Está porém associado a uma obra de espionagem, que comtudo só lembro para que à personalidade de Cornide se faça justiça plena, não nos ficarmos só na gratidão pelo serviço prestado, e principalmente por curiosidade erudita. Seria visivelmente inoportuno verberar procedimentos de há mais de um século e quarto e estimular algum ressentimento. Quem tem de arcar com as culpas é Godoy, a quem a história já atribui duplicidades maiores. Uma novamente revelada não aumenta os seus capítulos de culpa, como no caso de *L'homme qui assassina*, de Claude Farrère.

Sánchez Moguel estranha que o mesmo Godoy nas suas *Memorias* nada diga das distinções, com que o honrou a

Real Academia de História, nem da sua intervenção na reimpressão das *Partidas* de Afonso o Sábio, quando é tão minucioso ao enumerar as suas iniciativas a bem da cultura. Talvez êsse silêncio se explique pelo conceito essencialmente político que aos seus olhos tomavam as relações com a Academia, pelo menos nesse episódio da reedição das *Partidas* e da viagem de Cornide a Portugal. Eu procurei alguma referência antes nos dois capítulos sobre a guerra com Portugal e nada achei sobre a cooperação preparadora dêsse seu agente político-literário. O que, sim, merece ser lembrado é o sofisma justificativo dessa guerra, que está sempre no espírito de Cornide — a necessidade de contentar a França, libertando Portugal da influência inglesa: «Depuis longtemps je voyais que le Portugal finirait par nous compromettre, et je ne cessais de le dire à Charles IV. La France et l'Angleterre se disputaient l'empire du monde; le contre-coup de la lutte se fit sentir dans toute l'Europe. L'Espagne n'avait qu'un seul moyen de sauver son indépendance; il fallait taire les vaines considérations de famille, soumettre d'une manière ou d'autre le Portugal à notre système politique, fermer ses ports à l'ennemi commun, et ôter à la France jusqu'au moindre prétexte de venir guerroyer chez nous» (1).

A corte de Lisboa, em parte por confiar no parentesco das famílias reinantes, em parte por inabilidade política, estava inteiramente desprevenida da duplicidade de Godoy, ainda que não fôsse difícil de prever um choque na península entre a política inglesa, que Portugal tinha de seguir, e a política napoleônica, a que se submetera a Espanha do modo mais humilhante. Em nome de D. Maria I, já louca, o príncipe regente agraciara poucos anos antes o valido de

(1) V. Trad. fr. das *Memórias*, por J. G. d'Esmerard, Paris, 1836, 3.º vol.

Maria Luísa com o título de Conde de Évora-Monte, «con dispensa de la ley mental». Os termos da real cédula, de 3 de Outubro de 1793, são, segundo a tradução espanhola, único texto que pude ver, duma ingenuidade tocante:

«Teniendo muy segura confianza en los verdaderos sentimientos de D. Manuel, hereditários en esta familia, de que los ha exercitado lealmente en beneficio de mi Reyno, conformandome con los Augustos y Cordiales de S.S. M.M. C.C., esperando que asi los continúe...»⁽¹⁾

Entretanto o velho Cornide, com seus asseclas, percorria o país, em toda a parte acolhido com as mais francas facilidades, visitava as fortalezas, informava-se detidamente dos nossos recursos militares, de gente, armamento, provisões e forragens, e compunha com toda a presteza e igual tranquillidade, entre duas cordeais cartas literárias a Cenáculo, os seguintes relatórios:

Introducción á la memoria sobre el modo de hacer la guerra á Portugal; y a la descripción de las Plazas de este Reyno;

Observaciones sobre el modo de hacer la guerra contra el reyno de Portugal;

Carta al Duque de Frias, Embajador de España en Lisboa, sobre la forma y modo de invadir Portugal.

Estes papéis guardam-se, com muitos outros de pura erudição, entre os muitos manuscritos de Cornide, na Biblioteca da Real Academia de História.

Tinha razão Cornide quando afirmava que «el reyno de Portugal se halla poco menos conocido de los españoles que los del Japón ó del Thibet». Efectivamente, para invadir e dominar de modo fulminante um país é necessário conhecê-lo com mais segurança que os reinos orientais. E muito melhor pôde conhecer o pacífico antiquário a Portugal.

(1) V. *Varios de Historia*, tomo 9.º, fol. 381, Biblioteca da Real Academia de História.

Tomando para guia um livro de Du Mourier, oficial francês que no exército espanhol militara na campanha de 1762, Cornide computa as nossas forças militares em 100.000 homens, «de cujo valor y disciplina hay poco que temer», comenta com desdém, que os factos não contradisseram; calcula o número de navios e canhões, e de homens para os guarnecer, concluindo a situação inversa dos dois países: Portugal tinha homens, mas possuía poucos navios; Espanha tinha navios, mas não podia guarnecê-los. Só Lisboa dispunha de 22.000 homens aprestados para o serviço naval; o resto do país levantava 12.000 e o Brasil enviava 8.000.

A guerra estava resolvida e estudava-se, com a missão dêsse geógrafo, a maneira de a tornar prontamente vitoriosa, evitando os desastres e erros das duas campanhas anteriores, muito lembradas ainda em Espanha, a da Sucessão e a de 1762. Os exércitos espanhóis deveriam, na opinião do académico, internar-se no reino, sem se ocuparem das fortalezas que ouriçavam a fronteira e mesmo o interior, e marchar logo sobre Lisboa e Pôrto, cidades sem defesa e ricas de valores, em grande parte pertencentes aos ingleses. Portugal tinha escassa capacidade ofensiva, mesmo com o auxilio de ingleses. Levantando 50.000 homens, dos quais haviam de sair as guarnições para cinquenta praças fortes, poucos recursos ficavam para a invasão do território espanhol.

As tropas espanholas atacariam simultâneamente quatro pontos da fronteira, com outros tantos corpos de milícias, na força de 7.000 a 8.000 homens, com os seguintes quartéis gerais: no reino de Sevilha para conter a guarnição do Guadiana; em Badajoz contra Elvas e Olivença, ambos êstes corpos com bastante cavalaria; em Castela-a-Velha, tendo por centro Ciudad Rodrigo, contra as praças fronteiriças da Beira, Almeida principalmente; e na Galliza nove regimentos

contra Chaves e Valença, formando duas divisões concentradas em Monterey e Tuy.

Um corpo mais forte, de 30 a 40.000 homens, entraria na direcção de Abrantes, onde o rio Tejo é já navegável. Para estudar o leito do rio já não se sentiu idóneo o velho académico e então reclamou um oficial de engenheiros, — disfarçado, entende-se — e recomendou-lhe expressamente que utilisasse os conhecimentos dos contrabandistas da região. De Abrantes o exército marcharia sobre Santarém, juntando-se antes em Tomar com o exército da Galiza, o qual já nessa altura devera ter tomado e guarnecido Braga, Pôrto e Coimbra.

Ao mesmo tempo, uma esquadilha de navios menores desceria de Vigo acompanhando da costa as operações e penetrando no Pôrto. O forte de S. João da Foz, na barra do Pôrto, nada valia como êle «via». Outra esquadra maior seguia para o sul e entrava em Lisboa. Sobretudo, recomendava, não repetir o êrro de 1762, entrando por Trás-os-Montes.

Vem depois uma circunstanciada noticia descritiva das praças fronteiriças de Portugal, principiando pelo sul, e da sua eficiência militar: Castro-Marim, Alcoutim, Mértola, Serpa, Moura, Mourão, Noudar, Olivença, Ferreira, Juro-menha, Elvas, Extremoz, Évora, Arronches, Alegrete, Portalegre, Marvão, Campo Maior, Castelo de Vide e Montalvão, numa primeira parte. Transcreverei o trecho referente à praça, que se perdeu em resultado dessa mesma campanha:

«Está situada Olivenza sobre la orilla izquierda del rio Guadiana: es una de las mejores plazas de esta frontera y su castillo aun es de más importancia que la plaza: la guarnición de esta puede incomodar mucho al país inmediato, pués protegerá las correrias de las tropas ligeras en la Extremadura y en la Andaluzia, como tambien lo harán las de las anteriores plazas de Moura, Mourão y Serpa».

As campanhas do Alemtejo merecem-lhe algumas reflexões. A entrada pelo Alemtejo é fácil, mas o acesso de Lisboa é difícil, recorda Cornide. O exemplo do Duque de Alba em 1580 não é para aduzir, por muitos motivos, sendo o principal a existência, então, dum grande partido espanhol no reino que se invadia; são mais para lembrar os desastres de D. Luís de Haro, em 1658, nas linhas de Elvas, e de D. João de Áustria, batido em 1661 por Schomberg. Além disso, os portugueses dispunham aí de praças muito fortes.

Passa logo à descrição e apreciação militar das praças da Beira, a saber: Rosmaninhal, Segura, Salvaterra da Beira, Penha Garcia, Idanha-a-Velha, Castelo Branco, Monsanto, Penamacor, Alfayates, Sabugal, Almeida, Guarda, Castelo Rodrigo, Miranda, Vinhais, Bragança, Monforte, Chaves, Montalegre, Castro Laboreiro e Lindoso.

Queria recordar alguns informes curiosos sobre a praça dos Alfayates, por ter sido governada pelo poeta Brás Garcia e seu campo de proezas, mas Cornide, pouco preocupado do pitoresco da nossa história literária, somente escreve dessa praça as linhas seguintes:

«Está situada en terreno elevado con muros y trincheras bastante defensables; dentro del recinto tiene un castillo y fuera una atalaya, y por tanto los portugueses la consideran como una de las principales plazas de la Beira».

Entrando nas províncias de Entre-Douro e Minho, enumera e caracteriza militarmente as seguintes praças: Melgaço, Monção, Tôrre da Lapela, Valença do Minho, que diz ser «la mejor y más bien fortificada que tienen los Portugueses desde Almeida hasta el mar», Vila Nova da Cerveira, Caminha e Moura.

Os papéis estão redigidos com letras diferentes e todos sem assinatura; há pelo menos três caligrafias.

Como na carta ao Embaixador, Duque de Frias, escrita em princípios de 1800, Cornide ainda não tivesse percorrido

a parte norte do país, aconselhava a invasão pelo Alentejo, mas logo as suas observações o fizeram mudar de opinião, propondo antes a entrada pela Beira, por Almeida e Guarda — como recorda uma nota a essa carta, assinada por um Manuel Sánchez, de Badajoz, que não sabemos identificar.

O conselho de Cornide não foi ouvido, talvez porque as suas informações convencessem Godoy da impotência portuguesa ou este, inteligentemente, reconhecesse que todos esses recursos militares eram neutralizados pela falta de zelo patriótico e de espírito guerreiro. E a campanha fez-se ao modo clássico, nas planuras alentejanas, e fulminantemente.

Seria ridículo aplicar apreciação política e critério actual a este episódio dos bastidores da *guerra das laranjas*, referente a um momento em que uma política de sujeição ao estrangeiro e de duplicidades e tibiezas por igual envileceu os dois países — logo reabilitados, quando tomaram posse de si mesmos, restabeleceram o seu paralelismo político e, lado a lado, batalharam contra a orgia militar de Napoleão. Como esta foi uma aventura pessoal, embora genial e suggestionadora de todo um povo, também a guerra de 1801 foi um episódio da política pessoal de Godoy, mas sem nobreza e sem horizonte.

Hoje, isto é matéria de amenas curiosidades eruditas. Cornide é que fica indissolúvelmente ligado a alguns documentos da maior importância para o estudo de Portugal, no fim do século XVIII, ao aproximar-se a agonia do antigo regime: uma completa descrição da nossa geografia humana ou social e uma completa descrição da nossa geografia militar, dois importantíssimos documentos históricos. O *Estado de Portugal en el año de 1800* merecia bem uma tradução; os papéis secretos da sua espionagem deveriam ser publicados, não para alimentar extemporâneos melindres, mas para serem utilizados no nosso ensino da história militar. São documentos que têm legítimo lugar na obra do meu insigne

amigo, sr. Cristovam Aires, entre as *Provas* que ilustram a sua *História do Exército Português*. Mais fecundo que o ressentimento fora de horas, será o reconhecer a prodigiosa obra de fortificação do solo português, levada a cabo por D. João IV e seus sucessores, e recordar que nada valem as fortalezas sem o brio cívico. Êste é que estava bastante desalentado em 1801. Também a iniciativa bélica de Godoy e as suas fáceis vantagens não significam nenhuma superioridade moral sôbre o senil Duque de Lafões e a frívola côrte de Lisboa. As suas relações com a França desceram depois a misérias, desconhecidas em Portugal. Mas o seu longo exílio de quási meio século em França — na França que o levou a tantos êrros e delitos, e que pagou a vassalagem de *M. Manuel, tout court*, com uns magros milhares de francos anuais — foi expiação suficientemente amarga.

Godoy foi o estadista idóneo para Carlos IV, que destituiu Floridablanca e desterrou Jovellanos.

Madrid, Novembro de 1928.

FIDELINO DE FIGUEIREDO.